



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2023

Processo Administrativo n. 33/2023
Dispensa de Licitação n. 18/2023

Contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Celso Tozzo, n. 27, inscrito no CNPJ sob o n. 95.990.198/0001-04, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Clodoaldo Briancini, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e, do outro lado, a Empresa **CRESCER TREINAMENTOS**, inscrita sob CNPJ: 15.309.971/0001-95, com sede na Barão do Rio Branco, Centro em Chapecó/SC, CEP: 89.806-300, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei n. 8.666, de 1993, demais legislações pertinentes, e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ASSESSORAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DE TODO PROCESSO UNIFICADO DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS E PROVIMENTO DE VAGAS DOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, de acordo com o Termo de Referência e demais documentos do Processo Licitatório 33/2023.

1.2. Fazem parte deste Contrato as normas vigentes, soberanamente, instruções e ordens de serviço e, mediante termo aditivo, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante sua vigência decorrentes das alterações permitidas em lei.

1.3. O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com a eficácia e a qualidade requeridas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO CONTRATUAL

2.1. A vigência do presente contrato se iniciará na data de assinatura deste contrato, até 31/12/2023 ou ao findar de todos os serviços relacionados para contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O Município pagará pelo objeto contratado o valor global estimado em **R\$ 13.550,00** (Treze mil, quinhentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO

4.1. Não haverá reajuste e atualização dos valores.

CLÁUSULA QUINTA - DO REGIME LEGAL DA CONTRATAÇÃO, DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

5.1. O objeto do presente contrato será realizado sob Forma/Regime: Direta.

5.2. As despesas decorrentes desta dispensa de licitação correrão a cargo da dotação: (Projeto Atividade 2.077 – Elemento 3.3.90 - Despesa 97), prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2023.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados por etapas. Será efetuado o referido pagamento em até 20 (vinte) dias da apresentação de nota fiscal, devidamente assinada/aprovada pelo fiscal de contrato, após a conclusão de cada uma das etapas a seguir:

Análise da lei vigente: R\$ 1.800,00

Elaboração e envio de todas resoluções: R\$ 1.800,00

Capacitação para os candidatos: R\$ 1.050,00

Elaboração, Aplicação, Correção e divulgação dos resultados: R\$ 2.500,00

Apoio técnico Remoto e capacitação da equipe: R\$ 900,00

Realização de capacitação para subsidiar os conselheiros eleitos: R\$ 5.500, 00.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações da CONTRATANTE:

a) Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido;

b) Receber o objeto nas condições estabelecidas no Termo de Referência;

c) Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Caberá a CONTRATADA:

1. Executar a entrega de acordo com a legislação, normas técnicas, padrões e especificações pertinentes;

2. Executar a entrega dos materiais descritos no presente Contrato, nas condições nele estabelecidas;

3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;

4. Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes;

5. Manter equipe de profissionais, capaz de prestar suporte à CONTRATANTE em prazo razoável;

6. Disponibilizar os produtos/serviços em perfeito estado.

7. Manter o mais absoluto sigilo acerca de quaisquer dados e informações da CONTRATANTE, que por ventura venha a ter ciência e conhecimento, em função dos serviços prestados;

8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93;

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

9.1. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

9.2. A CONTRATADA responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre o CONTRATANTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA.

9.3. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXECUÇÃO

10.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital de cada projeto que irá requerer licença ambiental.

10.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.3 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.4 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a data da entrega, fatos, circunstâncias e os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto ou possam prejudicar a qualidade do serviço, com a devida comprovação;

10.5 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.6 - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

10.7 - A empresa deverá efetuar a análise da lei vigente (1.275/2019) e elaboração de adequação com a portaria CNMP-PRESI 239 de 25/07/2022, texto atualizado em 16/02/2023 e modificado em 28/02/2022, pelo Grupo de Trabalho Instituído no âmbito da Comissão de Infância, Juventude e Educação do Conselho Nacional do Ministério Público, a ser enviada para a Câmara de Vereadores, para aprovação;

Elaborar e enviar todas as resoluções, publicações e edital com regras para a realização do processo de escolha de conselheiros(as) tutelares e assessoria ao CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente);

Auxiliar na inscrição dos candidatos(as);

Avaliar as inscrições e documentação, solicitando a complementação, se necessário;

Deferir ou Indeferir, e encaminhar ao CMDCA;



Capacitar os candidatos ao cargo de Conselheiro(a) tutelar antes da homologação das inscrições (o que abrange o trabalho do Conselho Tutelar em acordo com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), sobre todo o processo eleitoral;

Elaboração, aplicação, correção, envio e divulgação dos resultados da prova de:

Conhecimentos (Estatuto da Criança e do Adolescente e políticas de garantia e proteção aos direitos da criança e adolescente);

Informática (Rotinas administrativas).

Análise dos recursos eventualmente interpostos por candidatos no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

Apoio técnico no dia da eleição;

Capacitação para a equipe que irá atuar no dia da eleição;

Disponibilização de profissional para orientação desde a abertura das urnas até a proclamação dos resultados;

Realização de capacitação para subsidiar a atuação dos conselheiros eleitos para os suplentes de Conselheiros Tutelares Eleitos, sobre os seguintes temas:

Lei de Henry Borel;

Sistema SIPIA;

Atribuições dos Conselheiros Tutelares;

Estatuto da Criança e do Adolescente;

Pressupostos éticos do trabalho social com a criança e o adolescente;

O Conselho Tutelar;

Rede Socioassistencial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SECRETARIA COMPETENTE PARA FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

12.1. É competente para o pleno e total recebimento do objeto deste contrato, bem como a fiscalização do seu cumprimento, a Secretaria Solicitante.

12.2 A execução contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Chefe de Gabinete Sr. Eder Retore que atuará como representante institucional, nos termos do artigo 67 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Pelo descumprimento do ajuste a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes penalidades, conforme o caso:

a) Multa de 10% (dez por cento) pela recusa em retirar Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido ou retirar com atraso, sem a devida justificativa aceita pelo CONTRATANTE, a qual incidirá sobre o valor da Nota de Empenho;

b) Multa de 20% (vinte por cento) por inexecução parcial do contrato a qual incidirá sobre o valor da nota de empenho;

c) Multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total do contrato, a qual incidirá sobre o valor da Nota de Empenho.

d) Multa de 20% (vinte por cento) por problemas técnicos relacionados com o objeto da presente locação, a qual incidirá sobre o valor da Nota de Empenho;

e) Multa de 20% (vinte por cento) por rescisão do contrato decorrente de inadimplência da CONTRATADA, a qual incidirá sobre o valor do saldo do contrato na ocasião;

f) Todas as demais sanções previstas no Capítulo IV, da Lei Federal 8.666/93.



12.2. As penalidades poderão ser aplicadas concomitantemente, conforme dispõe o § 2º, do art. 87 da Lei Federal 8.666/93.

12.3. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de intimação da empresa apenada. A critério do CONTRATANTE e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a CONTRATADA tenha a receber. Não havendo pagamento, o valor correspondente às multas será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

13.2. O contrato, também, poderá ser rescindido pela simples manifestação de vontade das partes, desde que haja comunicação escrita, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias.

13.3. Em ambos os casos, a Contratada fará jus a remuneração pelos serviços realizados e não pagos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda da presente contratação, o foro da Comarca de Chapecó/SC., renunciando-se, aqui, todos os outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de único teor e validade, para um só efeito legal.

Cordilheira Alta/SC, 20 de março de 2023.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

CRESCER TREINAMENTOS
Contratada

Testemunhas:



Angelita Gabriel
CPF: ***.893.109-**

Laura Muniz da Silva
CPF: ***241.889**

Fiscal de Contrato:

Eder Retore
Chefe de Gabinete